Memorandum

Artigo

Gustavo Riedel, a Colônia de Alienadas e a Liga Brasileira de Higiene Mental

Gustavo Riedel, the Colony of Alienated Women and the Brazilian League of Mental Hygiene

Renata Patrícia Forain de Valentim
https://orcid.org/0009-0000-5418-7833

Rafaela Antunes Petrone
https://orcid.org/0009-0002-5905-4084
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Resumo
O objetivo deste trabalho foi apresentar as transformações ocorridas na organização da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro durante a administração de Gustavo Riedel, descrevendo seis dos serviços criados entre 1919 e 1924: a Policlínica dos Subúrbios; o Ambulatório Rivadávia Correa; a Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto; o Programa de Assistência Heterofamiliar; o Serviço Aberto de Internação de Psicopatas Agudos: Pavilhão Epitácio Pessoa; e o Laboratório de Psicologia Experimental. Buscou-se refletir sobre como os serviços descritos dialogaram com os pressupostos clínicos e institucionais que deram origem à Liga Brasileira de Higiene Mental, dispositivo da sociedade civil criado por Riedel em 1923. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental em fontes primárias em periódicos, jornais, tabloides e revistas que acompanharam e reportaram a inauguração dos serviços construídos de modo anexo à Colônia de Alienadas entre 1918 e 1932, período da administração de Riedel, localizadas no acervo da plataforma Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional.
Palavras-chave: Gustavo Riedel; Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro; Liga Brasileira de Higiene Mental.

Abstract
The objective of this work was to present the transformations that occurred in the organization of the Engenho de Dentro Alienated Colony during the administration of Gustavo Riedel, describing six of the services created between 1919 and 1924: the Suburban Polyclinic; the Rivadávia Correa Outpatient Clinic; the Alfredo Pinto Professional School of Nursing; the Heterofamily Assistance Program; the Open Service for the Internment of Acute Psychopaths: Epitácio Pessoa Pavilion; and the Experimental Psychology Laboratory. The aim was to reflect on how the services described dialogued with the clinical and institutional assumptions that gave rise to the Brazilian League of Mental Hygiene, a civil society device created by Riedel in 1923. To this end, documentary research was conducted using primary sources in newspapers, journals, tabloids, and magazines that accompanied and reported the presentation of the services annexed to the Alienated Colony between 1918 and 1932, the period of Riedel's administration, located in the collection of the Hemeroteca Digital platform of the National Library.

CC BY NC

Keywords: Gustavo Riedel; Colony of Alienated Women; Brazilian League of Mental Hygiene.

O objetivo deste trabalho é apresentar as transformações ocorridas na organização da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro durante a administração de Gustavo Köhler Riedel, diretor desse dispositivo entre 1918 e 1932. Em especial, busca-se descrever seis dos serviços criados por ele entre 1919 e 1924, a saber: a Policlínica dos Subúrbios (1919); o Ambulatório Rivadávia Correa; a Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto e o Serviço Aberto de Internação de Psicopatas Agudos: Pavilhão Epitácio Pessoa (1920); o Programa de Assistência Heterofamiliar (1921); e o Laboratório de Psicologia Experimental (1924).

A suposição é a de que a gestão de Riedel na Colônia e as mudanças que ela imprimiu na instituição são uma das respostas oferecidas pelo ainda incipiente regime republicano à grave crise social e política deflagrada a partir de 1918 pela Gripe Espanhola na cidade do Rio de Janeiro e às consequentes pressões por uma mudança do modelo de controle sanitário exercido até então. Essa crise, que evidenciaria como nunca a precariedade das condições da população trabalhadora, revelava também a incapacidade dos aparelhos estatais em deter aquela ou qualquer outra das inúmeras pestes e epidemias que ainda grassavam na cidade durante as primeiras décadas do século XX (Carvalho, 1987). Nesse sentido, a ideia é pensar como os serviços a serem descritos dialogaram com os pressupostos clínicos e institucionais que acabaram por dar origem à Liga Brasileira de Higiene Mental, dispositivo da sociedade civil criado por Riedel em 1923 com o objetivo de promover a saúde mental da população por meio da educação higiênica. Busca-se, ainda, compreender quais eram as suas referências clínicas e como sua proposta de programa eugênico se materializava, tanto no cotidiano da instituição quanto nos espaços públicos e privados onde exercia sua influência.

Dentro dessa suposição, a resposta, da qual Riedel e a Liga Brasileira de Higiene Mental fariam parte, seria a da construção de outro modelo de controle e intervenção sanitária, mais radical do que aquele que fora aplicado às regiões centrais da cidade pela primeira geração de sanitaristas, como Oswaldo Cruz (de quem Gustavo Riedel herdou a cadeira na Academia Brasileira de Medicina), Emilio Ribas ou Adolfo Lutz (Waldman, 2012). Isso porque os dispositivos criados por ele, como serviços anexos à Colônia de Alienadas, fizeram parte de intervenções bem mais extensas e diretas no próprio corpo da classe trabalhadora. São inserções que se apresentavam nos programas contínuos de acompanhamentos sanitários e higiênicos profiláticos, dirigidos aos operários, aos prestadores de serviços e aos seus espaços públicos e privados, que não se limitarão mais aos momentos pontuais das vacinas, das remoções de cortiços ou

das campanhas, mas que passavam a se dirigir à população em ações ininterruptas de exame e disciplina. Tratava-se de uma reconfiguração da clínica e do atendimento psiquiátrico, que se concentrou no aprimoramento da população nacional e na realização de um programa de higiene mental nos planos individual, coletivo, escolar e profissional (Tamano, 2022).

Diretamente responsável por essas novas intervenções, Gustavo Riedel foi aluno das Faculdades de Medicina de Porto Alegre e do Rio de Janeiro e médico efetivo da Assistência aos Alienados do Distrito Federal. Foi membro titular da Academia Nacional de Medicina e médico do Hospício Nacional de Alienados até 1918, quando substituiu Braule Pinto na direção da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro (Boarini, 2018). Riedel, além de atuar para o estabelecimento da Psiquiatria brasileira como uma disciplina coerente e aplicável, colaborando para que houvesse o seu reconhecimento jurídico, estimulou o desenvolvimento da pesquisa e a construção dos mecanismos institucionais de formação de profissionais, constituindo uma grande influência na ideologia da assistência psiquiátrica nas três primeiras décadas do século XX (Costa, 1980). Tanto assim que se tornou um dos principais expoentes da já mencionada Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), instituição que, além da educação higiênica, pretendia ainda aperfeiçoar a assistência psiquiátrica por meio de ações profiláticas dirigidas à população em geral, modernizar estabelecimentos psiquiátricos e renovar seus quadros (Costa, 1980).

Entretanto, como assinala Costa (1980), por falta de uma tradição científica mais sólida, a Psiquiatria brasileira ainda apresentava inúmeras vulnerabilidades, especialmente diante dos preconceitos sociais e culturais do período, tais como os que associavam e restringiam o funcionamento mental às condições biológicas e raciais da população. Segundo o autor, para que pudesse se firmar, a Liga transformou esse sistema em dogma, construindo uma proposta de programa eugênico que extrapolou os hospitais e invadiu os espaços públicos e privados dos indivíduos com o pretexto de prevenir o aparecimento de qualquer distúrbio, fosse ele físico, psíquico ou mental, que pudesse ser tomado como índice de inferioridade de sua população. Tratava-se de um programa disciplinar que se tornou um elemento indispensável à normatização daqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadravam no modelo social pretendido (Engel, 2001).

Método

Para a consecução deste trabalho, além da leitura dos textos de historiadores e comentadores do período, foi realizada uma pesquisa documental em fontes primárias. Foram identificados e analisados periódicos, jornais, tabloides e revistas que acompanharam e reportaram a inauguração dos serviços

construídos de modo anexo à Colônia de Alienadas entre 1918 e 1932, período em que Riedel foi diretor desse dispositivo.

Essas publicações foram localizadas no acervo da plataforma Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As buscas nessa plataforma foram orientadas pelas seguintes palavras-chave: Policlínica dos Subúrbios, Ambulatório Rivadávia Correa, Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto, Programa de Assistência Heterofamiliar, Serviço Aberto de Internação de Psicopatas Agudos, Laboratório de Psicologia Experimental, Liga Brasileira de Higiene Mental e Gustavo Riedel.

Foram localizadas notícias sobre esses dispositivos nos seguintes jornais, tabloides e revistas: *Correio da Manhã*, *A Noite*, *Jornal do Commercio*, *A Época*, *Crítica*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Malho*, *A Manhã*, *O Paiz*, *O Jornal* e *Gazeta Suburbana*. Essas publicações, apesar de circularem na capital da República em um mesmo período, possuíam características singulares e voltavam-se para diferentes tipos de leitores. Algumas davam destaque a crônicas locais, às atividades promovidas pelas associações e agremiações suburbanas e aos acontecimentos políticos que possuíssem relação com o território ou fossem de seu interesse. Outras eram dirigidas a um público mais abrangente, que consumia não apenas suas reportagens, mas também seus debates políticos e suas seções culturais. Além dessas, havia ainda aquelas abertamente críticas à movimentação política da Primeira República brasileira, tais como a revista *O Malho* ou respeitado jornal *A Noite*.

Além dessas publicações, que circulavam entre o público leigo, também foram localizados relatos sobre a inauguração desses serviços nos seguintes periódicos científicos: *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria* e *Archivos Brasileiros de Saúde Mental*, nos *Anais da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal*, nos *Anais da própria Colônia* e no *Boletim de Eugenia*. Publicado a partir de 1919, o primeiro se dedicava a trazer propostas para a Psiquiatria brasileira, veiculando trabalhos de profissionais do Hospício Nacional e sendo uma importante fonte de pesquisa das práticas clínicas e diagnósticas do período (Facchinetti et al., 2010). Já o segundo periódico foi o órgão difusor oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental, que buscava irradiar os princípios da Liga não apenas entre médicos e psiquiatras, mas também funcionar como um núcleo de atração para os "proselytos, no amplo domínio dessa Hygiene Mental, que com justo direito aspira tornar-se 'a moral universal de ámanhã'" (A Redacção, 1925, p. 3). O terceiro, publicado pelo então Diretor Nacional da Assistência aos Psicopatas, Waldemiro Pires, era descrito como um material a ser usado na formação profissional dos médicos, com finalidade cientifica e didática, e de "engrandecimento da bibliografia nacional", da qual a Assistência a Psicopatas não podia fugir, "sem desdouro para o seu renome, a essa finalidade, científica e didática, ela que recolhe em seus serviços os exemplares mais numerosos e mais raros dos nossos insanos e neuropatas" (Pires, 1931, p. 1).

Seja como for, o que deve ser ressaltado nessas publicações é a sua capacidade de relatar e interpretar os acontecimentos científicos e sociais durante a Primeira República, não apenas informando, mas também assumindo um importante espaço de crítica e de formação política de seu leitor. No caso dos princípios eugênicos, pode-se dizer que elas foram um instrumento de reverberação, registrando e acompanhando a construção de seus princípios teóricos e práticos, abordando temas como a formação racial brasileira, consanguinidade, doenças hereditárias, esterilização e internação compulsória, entre outros.

Além disso, de alguma forma, os jornais e revistas de grande circulação suprem uma lacuna documental. Durante a pesquisa, foram localizados pouquíssimos registros oficiais de alguns destes dispositivos, enquanto a imprensa narrava fartamente suas inaugurações, a quem se destinavam e quais eram os atores que se alinhavam em sua idealização.

Cabe registrar, ainda, que nas citações diretas dessas publicações foi mantida a sua grafia original.

A Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro

No Brasil, as primeiras colônias destinadas aos pacientes psiquiátricos foram criadas no Rio de Janeiro, então capital do governo provisório republicano, pelo Decreto n. 206-A, de 15 de fevereiro de 1890. Segundo ele, seriam admitidas em asilos especiais, destinados à reclusão e ao tratamento, "todas as pessoas que, por alienação mental adquirida ou congênita", perturbassem a ordem pública, a moral e os bons costumes ou que colocassem em risco a vida de outrem ou a própria (Decreto n. 206-A, 1890, p.1).

Na verdade, esse decreto apenas ratificou as instruções de um ato administrativo anterior, o 142-A, de 11 de janeiro (Decreto nº 142-A, 1890), que desanexou o antigo Hospício Pedro II do hospital da Santa Casa da Misericórdia e o renomeou como Hospício Nacional de Alienados. Além disso, o ato criava Assistência Médica e Legal a Alienados, constituída pelo referido Hospício e pelas duas colônias instaladas na Ilha do Governador: a Colônia de São Bento e a Conde de Mesquita. A primeira, no antigo convento de São Bento, e a segunda, na localidade conhecida como Ponta do Galeão.

Anos depois, com a reorganização da Assistência a Alienados, pelo Decreto n. 8.834 de 11 de julho de 1911 (Valentim et al., 2019), foi então criada a primeira colônia psiquiátrica feminina. A instituição foi sediada na Rua Maria Flora, na base da Serra dos Pretos Novos, no bairro do Engenho de Dentro, subúrbio do Rio de Janeiro. Seu objetivo era aliviar a superlotação dos pavilhões do Hospício Nacional, em particular daqueles destinados às pacientes da Seção

Esquirol, as chamadas "indigentes", que não podiam custear seu tratamento, mas que estavam aptas para o trabalho.

Inaugurou-se então a Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, em uma edificação que já havia abrigado uma fábrica de louças e que, por sua vez, já havia sido transformada em enfermarias por Oswaldo Cruz, durante o surto de cólera de 1908 (Oliveira, 2004). Em 1911, foram transferidas as primeiras 334 mulheres (Valentim et al., 2019), que iriam trabalhar em atividades agrícolas ou artesanais. Para sua direção, Juliano Moreira, diretor-geral de Assistência a Alienados, designou Simplício Lemos Braule Pinto, um alienista formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. O médico, que já havia trabalhado nas colônias masculinas da Ilha do Governador, dedicava-se ao projeto da colônia feminina desde 1909 e permaneceu na direção até o seu falecimento, em 1918.

Com a morte de Braule Pinto, Gustavo Riedel assumiu a direção da colônia de alienadas, em plena vigência da pandemia de gripe espanhola. Nesse cenário crítico, sua gestão iniciou-se com o aumento exponencial da demanda pelos serviços de saúde da instituição por parte dos moradores do entorno. Naquele momento, "afluíram à colônia verdadeiras avalanches de doentes, em sua maioria mulheres, trazendo ao colo e às mãos os filhos enfermos" (Neves, 1943, p. 281), sem que a instituição possuísse os meios necessários para tratá-los, já que seus recursos médicos e farmacêuticos eram insignificantes diante da demanda instaurada pela pandemia.

A gripe espanhola fechou bares, teatros e comércio, parou a produção têxtil e condenou o Rio de Janeiro ao desabastecimento e à fome, que "se aliava à pandemia para o aumento da mortalidade" (Costa, 1986, p. 89). Nos subúrbios, onde estava localizada a Colônia, e onde morava grande parte da população proletária da cidade, a situação era ainda mais precária. As péssimas condições de vida preexistentes contribuíram para o alastramento da doença, dizimando a população.

Com a preocupação de salvaguardar a força de trabalho, os dispositivos de controle e de organização sanitária, presentes desde os primórdios da Primeira República na cidade do Rio de Janeiro, concentraram seus esforços nos subúrbios. Como mencionado, foi nos anos seguintes à epidemia, que foram instalados na área da Colônia vários serviços anexos dirigidos ao atendimento da população suburbana e proletária, dentre eles: a Policlínica dos Subúrbios, o Ambulatório Rivadávia Correa, a Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto, o Programa de Assistência Heterofamiliar, o Serviço Aberto de Internação de Psicopatas Agudos e o Laboratório de Psicologia Experimental, que serão brevemente descritos a seguir.

A Colônia de Gustavo Köhler Riedel

A Policlínica dos Subúrbios (1919)

Embora a Policlínica dos Subúrbios tenha sido muito importante para a população suburbana na segunda década do século XX, restou pouca documentação sobre o seu funcionamento. Nos jornais, foram localizadas referências a ela nos periódicos: *A Época*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta Suburbana* e *Correio da Manhã*, além de referências ao auxílio financeiro a ela destinado, pelo poder Municipal, na *Collecção das Leis Municipaes* e *Vetos*.

Como mencionado, desde o início da história da Colônia do Engenho de Dentro é possível perceber a relação que a instituição viria a assumir com seu entorno suburbano, a *sub urbis*, um território constituído à margem do modelo urbanístico que organizava a região central da cidade nas primeiras décadas do século XX, áreas distantes que não contavam com a infraestrutura e os símbolos do poder econômico que caracterizavam o Centro (Oliveira, 2010). Tratava-se da população mais pobre e a crescente massa proletária, excluídas do centro da cidade recém-urbanizado, que agora habitavam os bairros suburbanos, onde o saneamento e as políticas públicas eram largamente negligenciados, como uma herança de uma sociedade escravista, "pouco preocupada com os problemas sanitários da força de trabalho" (Costa, 1986, p. 35).

Em 1919, Riedel, já atuando como diretor da Colônia, conseguiu a autorização para organizar uma policlínica que atendesse à população dessa região. O dispositivo, que foi aberto ao público em fevereiro daquele ano, passou a fornecer assistência médica e medicamentos gratuitamente, ficando conhecido como "Policlínica dos Subúrbios" (Neves, 1943). Para acessar os seus serviços, o usuário deveria apresentar um atestado de pobreza, que poderia ser expedido pelo médico, pelo padre ou ainda pelo delegado, evidenciando o poder da Medicina, da Igreja e das forças repressivas no acesso à saúde, além de sua articulação política, ainda que não deliberada, articulação política (É ao padre ou ao Delegado a quem cabe attestar a pobreza dos cidadãos?, 1928).

Segundo a *Collecção das Leis Municipaes* e *Vetos*, o auxílio oferecido à Policlínica no ano de sua fundação tinha o mesmo valor do oferecido ao Asylo Izabel, à Sociedade de Concertos Symphonicos ou à Sociedade Brasileira das Sociedades do Remo ("Auxílios e Subvenções", 1918, p. 258). Esse investimento era claramente insuficiente, segundo o jornal *A Época* ("Prefeitura", 1919), que descrevia a Policlínica como o serviço que "presta relevantes serviços à população pobre, mesmo recebendo apenas o auxílio municipal de 12 mil réis" (p. 2). A relevância dos serviços oferecidos pela policlínica também é sublinhada pela *Gazeta Suburbana*, que os enumerava: clínica médica, pediatria, cirurgia, pele e sífilis, ginecologia e oftalmologia. O periódico acrescentava, ainda, que que só em março de 1919 foram realizadas mais de 2500 consultas e 70 visitas

domiciliares, além da distribuição de medicamentos e dos exames laboratoriais ("Polyclinica do Suburbio", 1919, p. 2).

Nos artigos, a iniciativa de construção dos dispositivos anexos à Colônia, tais como a Policlínica, aparecia sempre vinculada à personalidade de Gustavo Riedel, à sua habilidade política, à sua atividade assombrosa ou mesmo à sua jovialidade e brilhantismo. Para o *Correio da Manhã*, as "realizações" eram de Riedel, descrito pelo jornal como "estudioso, distincto e competente", médico premiado pela Academia de Medicina "em quem se fixavam as mais fundadas esperanças", surgidas a partir de sua atuação "no grande centro scientífico que é o Hospício dos Alienados" ("Academia de Medicina: Foi entregue o Prêmio 'Alvarenga' ao dr. Riedel", 1916, p. 5). Já a *Gazeta Suburbana* ressaltava a benemerência de todos os profissionais envolvidos com a instituição, "que merece o apoio dos poderes públicos, especialmente os municipaes, tão relevantes são os benefícios que vem prestando às classes desafortunadas e habitantes de uma zona desprovida", que mereciam toda a ajuda em sua "santa cruzada" ("Polyclinica do Suburbio", 1919, p. 2).

Tratava-se de uma "santa cruzada" exercida sobre a população mais empobrecida da cidade, que, nesse caso, provavelmente ocupava o lugar dos mouros no imaginário popular: migrantes, negros, pessoas com costumes e religiosidade estranhos às elites brasileiras, estas identificadas com os cristãos brancos e europeizados. Essa população formava uma crescente classe de operários urbanos, que começava a suscitar nessas mesmas elites o temor dos movimentos de massa:

> Para algumas associações operárias, a crise social e sanitária da população trabalhadora motivaria movimentos grevistas e insurrecionais, como o de 15 de novembro de 1918. Ainda sob os ecos do morticínio causado pela epidemia, os trabalhadores das indústrias têxteis, metalúrgica e construção civil, a começar pelos trabalhadores da grande unidade fabril de Bangu, entraram em greve simultaneamente à insurreição armada dirigida pelos anarquistas para a tomada de poder (Costa, 1986, p. 93).

O Ambulatório Rivadávia Correa (1920)

As ambições de Riedel e seus auxiliares não se limitavam aos serviços já oferecidos pela Policlínica. Havia a intenção de criar mais um, também anexo à Colônia de Alienadas, que viria a ser o primeiro instituto de profilaxia mental da América Latina: o Ambulatório Rivadávia Correa. Essa criação foi descrita por Riedel como sendo a pedra fundamental da eugenia no Brasil (Valentim et al., 2022), instituição destinada à propagação dos ideais eugênicos e às ações profiláticas de higiene mental direcionadas às populações mais vulneráveis ("A inauguração do ambulatório Rivadávia Correa", 1920, p. 194).

O Ambulatório foi inaugurado em 13 de junho de 1920, integrando-se ao patrimônio da Assistência a Alienados, sob a direção do psiquiatra Plínio Olinto. Conforme noticiado amplamente nos jornais da época, era dividido em seis pavilhões: de clínica médica, pediatria, cirurgia geral, otorrinolaringologia e oftalmologia, clínica dermatológica e sifiligráfica, e de farmácia, possuindo ainda um laboratório e um serviço de radiologia. Tratava-se de um esforço coletivo para combater o que era denominado então como "degeneração das raças", atuando na "educação higiênica e sistemática do povo e na difusão dos princípios eugênicos" ("Assistência a Alienados, 1920", p. 19).

O discurso de inauguração da Policlínica proferido por Gustavo Riedel, registrado nas páginas de vários jornais e revistas da capital, tais como *O Malho* ou o *Correio da Manhã*, apresenta a justificativa para o projeto:

> O Brasil possue o meio psysico-chimico adequado ao futuro de uma grande raça e altas razões sociaes e biológicas são de natureza a promover entre nós a imediata execução dos princípios eugênicos inculcando-se na alma popular a noção de descendência sadia, notadamente da procreação consciente e responsável (Assistência a Alienados, 1920, p. 19).

A importância política dada a essa inauguração pode ser mensurada pela presença massiva de autoridades, tais como o ministro do interior, Alfredo Pinto, ou o diretor da Assistência aos Alienados, Juliano Moreira, além do chefe da polícia, do chefe dos bombeiros, de acadêmicos e desembargadores.

A criação do ambulatório era descrita ainda como algo que engrandeceria o país, o retiraria de uma condição intrínseca de degeneração, divulgando entre as classes mais populares os preceitos eugênicos para uma descendência sadia. Tido como o modelo da educação higiênica, a instituição teve seu corpo médico percorrendo as associações e sociedades suburbanas, fazendo conferências públicas, alertando para as causas da loucura e os modos de evitá-la ("Ambulatório Rivadávia", 1920). Essa instrução vinha na forma de folhetos (alguns deles especialmente dirigidos aos analfabetos), distribuídos nos cartórios de registros civis àqueles que desejavam se casar ou que registravam seus filhos. A percepção é a de que se construía um dispositivo moderno, fruto de uma razão esclarecida, limpo, eficiente, que se ocupará da prevenção de doenças endêmicas, tais como as venéreas: "para tratar e instruir os desgraçados que se contaminam, extinguindo a prole e degenerando a raça" ("Ambulatório Rivadávia Correa. A visita do sr. ministro da justiça", 1920, p. 8).

O Ambulatório chegou aos impressionantes 112 mil atendimentos por ano, dos quais apenas 112 foram encaminhados para o setor de neuropsiquiatria da Colônia, evidenciando sua importância como serviço de clínica geral. No campo da profilaxia das doenças mentais, uma das criações mais elogiadas foi atribuída a Riedel. Tratava-se de um programa médico-social que, funcionando sob direção de Plínio Olinto, incluía as visitas de médicos e monitoras de Higiene Mental às

residências dos pacientes, mediando e aproximando a relação desses últimos com a instituição. As monitoras eram enfermeiras diplomadas pela Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto, investidas dessa função antes mesmo de ser instituído o Curso Profissional de Visitadoras Sociais, que só seria regulamentado em 1927. Essas profissionais especializavam-se em enfermagem psiquiátrica, recebendo instrução psicológica elementar de Waclaw Radecki, um dos fundadores do Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas. Faziam sindicâncias sobre as condições do meio social em que vivia o doente e avaliavam se ele poderia ser tratado sem a necessidade de hospitalização. Além disso, observavam se o tratamento estava sendo seguido à risca e difundiam as noções práticas de higiene mental e eugenética entre os familiares dos pacientes (Lopes, 1925).

A Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto (1920)

Gustavo Riedel, ao assumir a direção da Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, empenhou-se para instalar nessa instituição, a seção feminina da Escola de Enfermeiros e Enfermeiras. Era um curso de dois anos, essencialmente prático, cujo campo de atuação era a própria Colônia, o ambulatório de profilaxia Rivadávia Correa e os diversos serviços externos prestados por ele em seu entorno. Durante esses dois anos, as enfermeiras eram formadas como "monitoras de higiene mental". Como mencionado, elas avaliavam as condições do meio doméstico dos atendidos, difundindo os preceitos mais básicos de profilaxia mental e alertando para as consequências da degeneração ("Noticiário", 1925).

A primeira escola profissional desse tipo havia sido criada "no papel" para funcionar no Hospício Nacional de Alienados, por meio do decreto n. 791 (Decreto n. 791, 1890). Apesar de estar abrigada nas instalações do hospício, deveria preparar enfermeiros e enfermeiras profissionais também para os hospitais civis ou militares, mas não foi o que ocorreu. Segundo Amorim e Barreira (2006), essa primeira escola logo foi acusada de não cumprir as requisições legais para formar os futuros profissionais dos hospitais gerais, fato que os autores atribuem tanto à sua insuficiente organização administrativa quanto à sua dependência do Hospício Nacional.

A essa primeira crise institucional seguiram-se outras, e a Escola de Enfermeiros passou por várias reinaugurações durante a Primeira República: a primeira delas em 1904, sob a batuta de Juliano Moreira, junto com as reformas pelas quais passou o Hospício Nacional ("Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto", 1921). A segunda ocorreu em 1913, em função das transformações que foram impostas aos serviços com a fundação da Colônia de Alienadas em 1911 (Rocha et al., 2010). Finalmente, houve a reinauguração de 1920, realizada por meio

dos esforços de Juliano Moreira e Riedel, quando foi criada a seção feminina da escola de enfermagem, anexa à Colônia do Engenho de Dentro. A aprovação do regulamento interno da escola ocorreu em 1º de setembro daquele mesmo ano e o novo, e o novo serviço recebeu o nome de Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto, homenageando o ministro que viabilizou seu funcionamento. Apesar de vinculada à Colônia, a instituição prestava serviços a inúmeros outros departamentos da assistência pública e privada, como resultado de uma reivindicação da classe médica, em especial dos psiquiatras, que finalmente se realizava.

A inauguração dessa escola foi alvo da grande imprensa, como a Revista da Semana, que destacava a capacidade da Colônia de Alienadas em receber até 500 pacientes, as "infelizes internas", e ressaltava ainda o recém-inaugurado projeto de Assistência heterofamiliar na instituição, campo de prática das alunas internas do curso de enfermagem. No caso dessas alunas, além do direito à alimentação e residência, havia uma remuneração pelo auxílio a esse projeto de assistência, que será descrito mais adiante.

Em 1927, foi criado dentro da Escola Profissional de Enfermeiras, o curso de especialização de "Visitadora Social". Era um curso de um ano, destinado àquelas que já possuíssem o diploma de enfermeira e se especializariam por meio das "cadeiras" de higiene mental, puericultura, organização da vida social, legislação social e leis de assistência ("Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto", 1928). Segundo o Jornal do Commercio, em 1928 a prova de admissão para o curso abrangia tanto conhecimentos específicos da enfermagem quanto questões elaboradas por membros da Liga de Higiene Mental, o que evidencia o tamanho da influência política e social que essa associação possuía sobre as instituições públicas de atendimento e suas práticas ("Escolas de Enfermeiras Alfredo Pinto", 1928, p. 5).

O serviço aberto de internação de psicopatas agudos: O Pavilhão Epitácio Pessoa (1920)

Até a década de 1920, a atenção aos doentes mentais ficava restrita ao interior dos asilos. Uma exceção a essa regra foi o Ambulatório Rivadávia Correa, que teve como proposta não só acompanhar o doente, mas também promover o aconselhamento genético como prevenção dos distúrbios mentais.

Todavia, a partir de 1920, foram criados nas dependências da Colônia outros espaços, os chamados "serviços abertos", constituídos como serviços anexos de profilaxia e higiene mental. A partir desses novos dispositivos, a Colônia passou a ter sua própria porta de entrada para a assistência, especialmente por meio do Pavilhão Epitácio Pessoa. Assim, forjava-se uma nova forma de ingresso na instituição, que prescindia da passagem, até então

obrigatória, passagem pelo Hospital Nacional de Alienados (HNA) e os pacientes podiam ser transferidos diretamente pelo diretor da Colônia, tanto para o sistema de regime fechado da própria localidade quanto para o referido Hospital, na Urca (Riedel, 1928). Desses serviços, acentuava-se principalmente seu caráter inovador e o fato de terem sido criados antes mesmo de alguns outros serviços semelhantes na Europa, e logo após o dispositivo de Clifford Beers, nos EUA. Nos jornais, o Pavilhão era igualmente descrito por meio de uma retórica de modernização e higienização da nação e civilização brasileiras, na qual novamente se enfatizava o espírito pioneiro de Riedel.

A referência aos leitos do Pavilhão Epitácio destinados ao tratamento das toxicomanias começou a aparecer nos periódicos da época, tais como no *Correio da Manhã* ("Tópicos e Notícias", 1923) ou no jornal *O Imparcial* ("Flagelos Sociais", 1927), já nos primeiros anos da década de 1920. Por meio dele, é possível saber que, em meados de 1923, o dispositivo, após passar por uma reforma, tornou-se o primeiro estabelecimento destinado ao tratamento da toxicomania no Brasil.

Segundo Engel (2001), a partir do fim dos anos 1910 do século XX, a luta contra o alcoolismo havia se transformado em uma das bandeiras mais importantes dos psiquiatras brasileiros, que pretendiam consolidar sua influência através da implantação de um projeto de prevenção da doença mental, normatizador dos comportamentos da população urbana. Esse movimento culminou na lei n. 4294, regulamentada pelo Decreto n. 14.969, de 3 de setembro de 1921 (Decreto n. 14.969, 1921), que estabelecia a criação de locais específicos de internação para pessoas viciadas em álcool e outras substâncias entorpecentes, como a morfina, a cocaína ou a heroína, visando ao seu tratamento e recuperação. Entretanto, ainda segundo o jornal *O Imparcial*, até 1927 a previsão de um edifício próprio para esse fim não havia sido cumprida, e a solução provisória de acolher os dependentes no Pavilhão Epitácio Pessoa havia se tornado a usual, consagrando-se como o "transitório-definitivo", segundo o jornal (Flagellos Sociaes, 1927, p. 2).

Ainda segundo Engel (2001), várias sessões da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins, bem como da Academia Nacional de Medicina, foram ocupadas por estas discussões e pela apresentação de trabalhos em torno do tema da drogadição. Em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental passaria a liderar o movimento, promovendo as Semanas Antialcoólicas, a serem realizadas anualmente, organizando várias conferências públicas e publicando artigos em jornais diários. No decorrer desta cruzada, os alvos foram sendo ampliados, passando a compreender não apenas o abuso do álcool, mas também o consumo de tóxicos em geral. Segundo a autora, o combate caracterizava-se pela sugestão, desde medidas repressivas e profiláticas, passando pela proposta de tributação elevada das bebidas alcoólicas, pela redução do número de

estabelecimentos destinados à venda, à repressão do uso, até à fundação de asilos-colônia (Engel, 2001).

O "transitório-definitivo" do uso do Pavilhão como serviço de internação para as toxicomanias parece ter se prolongado, pois, em 1929, foi localizada uma nova referência a ele no periódico *Gazeta de Notícias*. Por meio da reportagem é possível constatar que duas mulheres francesas, hospedadas em uma pensão da Rua Dois de fevereiro (ao lado da Colônia, portanto), foram apreendidas e conduzidas ao Pavilhão Epitácio Pessoa, onde seriam "tratadas rigorosamente" ("A Polícia Prende um contraventor de Toxicos. Duas viciadas internadas no Manicômio do Engenho de Dentro", 1929, p. 1). A questão moral, que se refletia no rigor do tratamento deste "flagelo social" apareceu também, de forma ainda mais explícita, nos *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, que definem como de interesse moral e social, a internação dos pacientes nestes serviços, frisando o poder do juiz nessa fase decisiva para o paciente (Colares, 1927).

A Assistência heterofamiliar (1921)

Segundo o jornal *A Gazeta de Notícias* ("A Colônia de Alienados do Engenho de Dentro. As supostas irregularidades ali existentes. Impressões de uma visita", 1920, p. 3), a ideia de um serviço de assistência heterofamiliar, com estrutura física semelhante àquela idealizada por Kraepelin, era cogitada desde 1920 e contava com pleno apoio do Ministro de Negócios Interiores, Alfredo Pinto. Tratava-se de um serviço de "fins altruísticos", que proporcionava às internas viverem "a ilusão da liberdade" por meio do convívio com as enfermeiras e suas famílias, acomodadas em bangalôs que se distribuíam pelo espaço físico da Colônia de Alienadas. Nas palavras do jornal, essa era mais uma prova da "franca prosperidade" vivida pela Colônia sob a administração e os esforços "abnegados" de seu diretor, Gustavo Riedel, e de seus "esforçados auxiliares", ratificando a importância da instituição para a medicina brasileira.

Legalmente, o modelo de Assistência Heterofamiliar já estava previsto no mesmo decreto 8.834, de 11 de julho de 1911, que reorganizou o serviço de Assistência aos Alienados no Distrito Federal e regulamentou as Colônias masculina e feminina. Depois de instaladas, seus diretores podiam criar em sua periferia esse serviço que, além da já mencionada "ilusão da liberdade", era percebido também como um "reingresso terapêutico gradual na vida social" (Rezende, 1932, p. 25). De forma mais pragmática, essa era uma medida defendida também por Juliano Moreira, diretor da Assistência aos Alienados, que via a Assistência Familiar como uma alternativa ao aumento dos pacientes e ao seu consequente custo para o Estado.

As providências para o início desse dispositivo começaram em 1920, com a lei n. 3.991 de 5 de janeiro de 1920 (Lei n. 3.991, 1920), mas será apenas em 30 de maio de 1921, que se inaugurou a Assistência Doméstica, inicialmente um conjunto de seis casas, das quais duas encontravam-se prontas ("Inauguração", 1921). Segundo Rezende (1943), eram pavilhões do tipo bangalô, com bastante terreno para policultura, "destinados às enfermeiras e suas famílias com a obrigação de cuidar de duas internadas em condições de aproveitar o tratamento em família, de modo a preparar a sua readaptação social" (p. 289).

Ainda segundo Rezende (1932), a assistência familiar podia acontecer na própria família da paciente ou em famílias estranhas, sendo assim classificada como homo ou heterofamiliar. Em sua organização, havia uma enfermeira ligada diretamente ao alienista, em constante comunicação com as encarregadas das doentes, informando ao médico sobre qualquer ocorrência que necessitasse de sua intervenção: "Uma moral rigorosa, disciplina, asseio e interesse pêlas doentes são os requisitos exigidos às enfermeiras, que têm doentes sob a sua guarda" (p. 136). Em cada pavilhão ou Bangalô, era disponibilizado um quarto com dois leitos e um pequeno banheiro às duas doentes, que ali eram instaladas:

> As doentes recebem uma alimentação apropriada e são dirigidas nos serviços que lhes couberem, conforme as suas aptidões. Evitar a fadiga e proporcionar-lhes o repouso devido especialmente quanto as horas de somno, incutir-lhes no espirito as medidas de higiene imprescendiveis devem ser a preocupação constante da enfermeira. Abstenção de quaisquer bebidas alcoolicas e a pratica de bons costumes estão no primeiro plano das condições impostas ao nutricio. (Rezende, 1932, p.136).

O Laboratório de Psicologia Experimental (1924) e a Liga Brasileira de Higiene Mental

Ao contrário dos demais serviços apresentados até agora, a fundação do Laboratório de Psicologia Experimental não obteve a mesma repercussão na imprensa leiga. Talvez, por conta de seu caráter restrito, acadêmico, seu surgimento foi reportado apenas pelos veículos de difusão científica, como o *Boletim de Eugenia* e os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (órgão difusor oficial da Liga). Nesses últimos foi localizado um artigo de Ernani Lopes (1925), que atribui a Juliano Moreira a primeira menção, ainda em 1906, da ideia de uma "higiene profiláctica". O autor cita, ainda, o Congresso de Medicina Social de Tucumán, na Argentina, ocorrido em 1916, onde ele próprio apresentou um trabalho de sua autoria, em que defendia o tratamento das enfermidades mentais agudas em hospitais comuns, sem a necessidade de internação. Esse tratamento era destinado a "psicopatas curáveis" por meio de uma intervenção

precoce nos vários aspectos da vida social de indigentes ou de pessoas sem trabalho. (p. 164)

Também segundo Lopes, a ideia de uma assistência profilática aos psicopatas no Brasil havia começado ainda nas enfermarias de psiquiatria e neurologia anexas ao Hospital Nacional de Alienados. Contudo, apesar de seu pioneirismo, essas iniciativas não alcançaram a dimensão do que foi construído na Colônia do Engenho de Dentro durante a administração de Gustavo Riedel. Ali, com a fundação do Ambulatório Rivadávia Correa, alcançou-se, enfim, a tríplice finalidade de realizar a prevenção das enfermidades mentais, pôr em prática os objetivos eugênicos e prestar assistência à população pobre do Rio de Janeiro. Dessa forma, tão logo fosse reconhecida alguma "perturbação do sistema nervoso" (Lopes, 1925, p. 167), decidia-se o caráter do tratamento e determinava-se se o paciente seria internado ou seguiria o tratamento em sua própria casa, sob a vigilância do serviço social do Instituto.

De acordo com Centofanti (1982), o entusiasmo de Riedel com o movimento da higiene mental é fruto de uma viagem que realizou aos Estados Unidos em 1922. Tanto que, no final desse mesmo ano, ele começou a idealizar o que seria uma versão brasileira desse mesmo modelo: a Liga Brasileira de Higiene Mental ("Noticiario", 1925), alçada à condição de instituição de utilidade pública nacional ainda em 1923 (Decreto n. 4.778, 1923). A profunda relação com o modelo americano pode ser corroborada na correspondência entre "o verdadeiro creador do movimento contemporâneo em pról da hygiene mental" e Riedel ("Uma carta de Clifford Beers ao Dr Riedel, 1925, p. 202"), que chegou a enviar diversos exemplares de seu boletim à Liga do Brasil.

Ainda em 1923, Riedel adquiriu, com verba doada pelo benemérito Guilherme Guinle, da Fundação Gaffrée-Guinle, uma aparelhagem significativa e variada, a fim de fundar um laboratório psicológico para a profilaxia das doenças mentais na Colônia do Engenho de Dentro (Guimarães, 1928). Tratava-se de um valioso e moderno instrumental vindo da França e da Alemanha (Cunha, 1925).

Segundo Centofanti (1982), é provável que Riedel tenha adquirido essa aparelhagem pensando em seu uso já no serviço de profilaxia mental do Ambulatório Rivadávia Correa. A ideia do Laboratório ganha ainda mais consistência em 1924, quando Riedel contratou o psicólogo polonês Waclaw Radecki para organizá-lo (Autuori, 2014). Radecki, embora não fizesse parte oficialmente da Liga, Radecki começou a ministrar cursos de Psicologia no próprio laboratório, na Liga Brasileira de Higiene Mental e na Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto. A partir daí, firmou-se, o Laboratório de Psicologia Experimental, concebido como instituição auxiliar médica, núcleo científico, centro didático e uma das bases de ação mais importantes da Liga (Guimarães, 1928, p. 391). O espaço cumpria as pretensões da Liga como um instrumento

para a modernização dos atendimentos psiquiátricos no país, recebendo para isso uma subvenção do governo federal de 30 contos de réis.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar as transformações ocorridas na organização da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro durante a administração de Gustavo Köhler Riedel, descrevendo seis dos serviços criados por ele entre 1919 e 1924: a Policlínica dos Subúrbios, o Ambulatório Rivadávia Correa, a Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto, o Programa de Assistência Heterofamiliar, o Serviço Aberto de Internação de Psicopatas Agudos: (Pavilhão Epitácio Pessoa), e o Laboratório de Psicologia Experimental. Nesse sentido, a ideia foi pensar como esses serviços dialogaram com os pressupostos clínicos e institucionais que acabaram por dar origem à Liga Brasileira de Higiene Mental, compreender quais eram as suas referências clínicas e como sua proposta de programa eugênico se concretizou.

Por meio da pesquisa documental, realizada sobre fontes primárias, na qual foram analisados periódicos, jornais, tabloides e revistas científicas que acompanharam o nascimento dos serviços na Colônia, procurou-se mostrar o quanto a gestão de Riedel significou uma mudança de paradigma nos atendimentos não só à saúde mental, mas à saúde pública como um todo. No primeiro caso, isso ocorreu por meio da profilaxia, das visitas domiciliares, da educação higiênica realizada fora da instituição e dos atendimentos em serviços abertos, sem internação. No segundo, a gestão extrapolou o controle do espaço urbano e das ações pontuais de vacinação e vigilância das epidemias, partindo para a inspeção direta das populações, de seus modos de vida e cuidado com a saúde. Tratava-se de uma forma de exercício da medicina e, em especial, da psiquiatria, muito mais radical do que aquela aplicada às regiões centrais da cidade pela primeira geração de sanitaristas.

Consolidou-se, portanto, uma reconfiguração da clínica e do atendimento psiquiátrico, que se confundia com um projeto de nação, e que, na perspectiva de uma recém-criada classe dirigente, retiraria o país de uma condição intrínseca de degeneração. Um progresso a ser alcançado por meio da educação e da divulgação dos preceitos eugênicos para uma descendência sadia, aprimorando a população nacional e alinhando a psiquiatria, a medicina social e a higiene pública em uma série de mecanismos reguladores que implicavam não só a disciplinarização dos corpos, como também a higiene das famílias e dos trabalhadores suburbanos em seus espaços públicos e privados.

Referências

A Escola Profissional de Enfermeiras. (1921). *Revista da Semana*. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025909_02&pasta=ano%20192&pesq=%22escola%20profissional%20de%20enfermeiras%22&pagfis=853

A inauguração do Ambulatório Rivadávia Correa. (1920). *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, 188-195. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=064645&Pesq=cannabis&pagfis=1772

A Polícia prende um contraventor de toxicos: Duas viciadas internadas no Manicômio do Engenho de Dentro. (1929). *Gazeta de Notícias*, 1. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pesq=%22pavilh%C3%A3o%20epit%C3%A1cio%20pessoa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27777

Academia de Medicina: Foi entregue o Prêmio "Alvarenga" ao dr. Riedel. (1916). *Correio da Manhã*, 5. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22Foi%20entregue%20o%20Pr%C3%AAmio%20%E2%80%9CAlvarenga%E2%80%9D%20ao%20dr.%20Riedel%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28840

Ambulatório Rivadávia. (1920). *O Jornal*, 3. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=%22ambulatorio%20rivad%C3%A1via%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2072

Ambulatório Rivadávia: A visita do sr. ministro da justiça. (1920). *Jornal do Brasil*, 8. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=%22ambulat%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2262

Amorim, W. M., & Barreira, I. de A. (2006). As circunstâncias do processo de reconfiguração da escola profissional de assistência a psicopatas do Distrito Federal. *Escola Anna Nery*, *10*(2). https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000200005

Assistência a Alienados. (1920). *O Malho*, 1. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=%22ambulat%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=42411

Autuori, M. (2014). Uma história do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, *34*(86), 7-23. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000100002

Auxílios e subvenções. (1918). *Collecção de Leis Municipaes e Vetos*, 258. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&pesq=%22Policlinica%20dos%20suburbios%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7253

Boarini, M. L. (2018). Gustavo Kohler Riedel. *Médicos que atuaram no Hospital Nacional de Alienados*. Biblioteca Virtual em História do Patrimônio Cultural da Saúde. http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-psi/medicos/

Carvalho, J. M. (1987). *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Companhia das Letras.

Centofanti, R. (1982). Radecki e a Psicologia no Brasil. *Psicologia, Ciência e Profissão*, *3*(1). https://doi.org/10.1590/S1414-98931982000100001

Colares, J. V. (1927). Acta da 8ª sessão ordinária realizada a 18 de julho de 1927. *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, 194. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=064645&pesq=%22pavilh%C3%A3o%20epit%C3%A1cio%20pessoa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=6465

Costa, J. F. (1980). *História da psiquiatria no Brasil*. Editora Campus.

Costa, N. do R. (1986). *Lutas urbanas e controle sanitário: Origens das políticas de saúde no Brasil*. Vozes.

Decreto nº 142-A, de 11 de janeiro de 1890. Desannexa do hospital da Santa Casa da Misericordia desta Capital o Hospicio de Pedro II, que passa a denominar-se Hospital Nacional de Alienados. (1890). *Coleção de Leis do Brasil - 1890*, *1*(fasc. 2º), 276. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-142-a-11-janeiro-1890-513198-norma-pe.html

Decreto nº 206-A. Approva as instrucções a que se refere o decreto n. 142 A, de 11 de janeiro ultimo, e crêa a assistencia medica e legal de alienados. (1890). *Coleção de Leis do Brasil - 1890*, *1*(fasc. 2º), 276. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-206-a-15-fevereiro-1890-517493-publicacaooriginal-1-pe.html

Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890. Crêa no Hospicio Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. (1890). *Coleção de Leis do Brasil - 1890*, *V*(Fasc. IX), 2456. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-791-27-setembro-1890-503459-norma-pe.html

Decreto nº 8.834 de 11 de julho de 1911. Reorganiza a Assistência a Alienados. (1911). *Diário Oficial da União*, 8818. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8834-11-julho-1911-507693-norma-pe.html

Decreto nº 14.969, de 3 de setembro de 1921. Approva o regulamento para a entrada no paiz das substancias toxicas, penalidades impostas aos contraventores e sanatorio para toxicomanos. (1921). *Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos*, 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D14969.htm

Decreto nº 4.778, de 27 de dezembro de 1923. Considera de utilidade publica a Liga Brasileira de Hygiene Mental, com séde nesta Capital. (1923). *Diário Official*, 32952. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4778-27-dezembro-1923-568642-norma-pl.html

É ao padre ou ao delegado a quem cabe attestar a pobreza dos cidadãos? (1928, 11 de março). *Crítica*, 5. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=372382&pesq=%22Ambulat%C3%B3rio%20rivadavia%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=782

Engel, M. G. (2001). *Os delírios da razão: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830/1930)*. Editora Fiocruz.

Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto. (1921). *O Paiz*, 5. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=%22escola%20enfermeiras%20alfredo%20pinto%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=8177

Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto. (1928). *Jornal do Commercio*, 5. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=%22escola%20de%20enfermeiras%20alfredo%20pinto%20%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25195

Facchinetti, C., Cupello, P., & Evangelista, D. F. (2010). Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: Uma fonte com muita história. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, *17*(2), 527-535. https://doi.org/10.1590/S0104-59702010000600015

Flagellos Sociaes. (1927). *O Imparcial*, 2. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=107670_02&pesq=%22pavilh%C3%A3o%20epit%C3%A1cio%20pessoa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=29295

Guimarães, O. N. de S. (1928). O laboratório de Psychologia. *Annaes da Colonia de Psychopathas*, 387-415.

Inauguração da Escola de Enfermeiras e do Cinema. (1921). *O Jornal*, 3.

Lei nº 3.991, de 5 de janeiro de 1920. Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1920. (1920). *Diário Oficial da União*, 243. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3991-5-janeiro-1920-570293-norma-pl.html

Lopes, E. (1925). Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental: Os meios de acção na campanha pela hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160369&Pesq=%22escola%20enfermeiras%20alfredo%20pinto%22&pagfis=377

Neves, A. (1943). Gustavo Riedel e o Ambulatório Rivadávia Correia. Em *Anais da Colônia Gustavo Riedel* (pp. 281-285). Imprensa Nacional.

Noticiário. (1925). *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160369&pesq=%22escola%20enfermeiras%20alfredo%20pinto%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=191

Oliveira, E. de S. (2004). *O Engenho de Dentro do lado de fora: O território como um engenho novo* [Monografia, Fundação João Goulart]. Repositório Digital Centro Cultural da Saúde. http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/projetos_e_publicacoes/engenho_de_dentro-miolo.pdf

Oliveira, M. P. de. (2010). *150 anos do subúrbio carioca*. Lamparina.

Pires, W. (1931). *Anais da Assistência aos Psicopatas*. Imprensa Nacional.

Polyclinica dos Suburbios. (1919). *Gazeta Suburbana*. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830364&pesq=%22policl%C3%ADnica%20dos%20suburbios%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=20

Porto, F. R., Lessa, T., & Moreira, A. (2010). O legado do diretor da Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto: Gustavo Köhler Riedel. *Revista de Enfermagem UFPE*, *4*(2), 906-914. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1032907

Prefeitura. (1919, 5 de setembro). *A Época*. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&pesq=%22policl%C3%ADnica%20dos%20suburbios%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=20949

Rezende, G. A. de. (1932). Assistência hetero-familiar na Colônia de Psicopatas (mulheres) no Engenho de Dentro. Em W. Pires (Ed.), *Anais da Assistência a Psicopatas*. Imprensa Nacional. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_03.pdf

Rezende, G. (1943). Gustavo Riedel administrador. Em *Anais da Colônia Gustavo Riedel* (pp. 289-295). Imprensa Nacional.

Riedel, G. (1928). *O organismo psychiatrico moderno: A biologia e a psyico-physiologia associadas na moderna concepção da assistencia a psychopathas*. Annaes da Colonia de Psychopathas. Imprensa Nacional.

Silva, C. A. (2017). Colônia de Alienados de Engenho de Dentro (1911-1932). *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502848703_ARQUIVO_CarineNevesAlves_Coloniaversaofinalem1508.pdf

Tamano, L. T. O. (2022). A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Revista de História*, *181*(a0962), 1-33. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.189965

Tópicos e notícias. (1923). *Correio da Manhã*, 4. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22toxicomanias%20%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14145

Uma carta de Clifford Beers ao Dr. Gustavo Riedel. (1925). *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 200. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=160369&pagfis=200

Valentim, R. P. F. de, Martins, L. P., Martins, M., & Freitas, T. R. M. (2019). As mulheres da colônia de alienadas do engenho de dentro. *Psicologia em Pesquisa*, *13*(2), 42-60. https://doi.org/10.34019/1982-1247.2019.v13.23786

Valentim, R. P. F. de, Petrone, R. A. F., Araújo, G. H. A. M., Silva, P. H. A., & Braga, V. O. (2022). "A Pedra Fundamental da Eugenia no Brasil": A fundação do Ambulatório Rivadávia Correa. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, *39*. https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.38388

Waldman, E. A. (2012). Os 110 anos de vigilância em saúde no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, *21*(3), 365-366. https://doi.org/10.5123/S1679-49742012000300001

Nota sobre as autoras

Renata Patricia Forain de Valentim é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Psicologia e mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: renatapfvalentim@gmail.com

Rafaela Antunes Fernandes Petrone é graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: petronerafaela@gmail.com

Data de submissão: 16.09.2025
Data de aceite: 06.06.2026